

Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2023

Confirmação dos dados cadastrais (332)

Yago Hoss

(15862)

Tipo: (*equation)

Yago Hoss

Você é responsável, isto é, **atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno** (*por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal*), **apenas** da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Câmara Municipal de Águas de Chapecó, Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense - HIDROESTE, Controle Interno do Município de Águas de Chapecó, Fundo Municipal de Saúde de Águas de Chapecó, Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó

Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?

(15858)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

OK

O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:

Yago Hoss

Esta informação está correta?

(15859)

Tipo: (L/list-radio)

Sim, a informação do responsável está correta.

OK

1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (319)

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima. (15860)

Tipo: (*equation)

1

Responsável por este relatório: Sim, a informação do responsável está correta.

(15861)

Tipo: (*equation)

1

1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?**(15849)**

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

1EL**1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?****(15812)**

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

A1

1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.

Preferencialmente , utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

(15833)

Tipo: (S/text-short)

<https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/norma-10234/>

1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (15816)

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001	1
Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002	1
Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003	0
Servidores temporários - SQ004	0
Estagiários - SQ005	0

1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (15839)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

1.5.1. Informe o período em que a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno. (15844)

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

Período - periodosemacompanha m	02/01	23/02	EXONERAÇÃO DO OCUPANTE DO CARGO E PERÍODO DE RESPOSTA DOS PRÓXIMOS CLASSIFICADOS .
---------------------------------------	-------	-------	---

1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.

Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".

(15813)

Tipo: (M/multiple-opt)

Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (15867)

Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (15868)

Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (15869)

Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (15976)

Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (15870)

Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (15975)

Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (15871)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (16068)

Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (16069)

Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (16070)

Exame de prestações de contas de diárias; (15872)

Exame de prestações de contas de adiantamentos; (15873)

Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (15874)

Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (15875)

Avaliação da execução dos programas de governo; (15876)

**Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais);
(15877)**

**Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira
e/ou patrimonial; (15878)**

**Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade,
eficiência, eficácia e/ou efetividade; (15881)**

Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (15879)

Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (15977)

Controle dos direitos e haveres da unidade; (15880)

Outros

1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:**(15842)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de controle patrimonial? (15972)

Parcialmente informatizado - 50

Há sistema informatizado de almoxarifado? (15973)

Totalmente informatizado - 100

Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (15974)

1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (15850)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Excelente - 4

O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (16023)

Bom - 3

A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (16024)

Bom - 3

Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (16025)

Razoável / Satisfatório - 2

No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (16026)

Bom - 3

Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (16027)

Razoável / Satisfatório - 2

As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (16028)

Bom - 3

Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (16029)

Bom - 3

Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (16030)

Bom - 3

As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (16044)

2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (320)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.

(15814)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? (15835)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

2.2.1. (OPCIONAL) Insira o(s) arquivos de comunicações formais feitas a outros órgãos de controle ou unidades gestoras em anexo.

(15836)

Tipo: (/upload-files)

Ofício SCI nº 001/2023

No comment

File type "pdf"

Ofício SCI nº 002/2023

No comment

File type "pdf"

Ofício SCI nº 003/2023

No comment

File type "pdf"

Ofício SCI nº 004/2023

No comment

File type "pdf"

Ofício SCI nº 005/2023

No comment

File type "pdf"

Ofício SCI nº 006/2023

No comment

File type "pdf"

2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? (15837)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (15843)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente - 100

Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (15978)

Parcialmente - 50

Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (15979)**2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (15852)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge (16033)

Não ocorreram irregularidades - 0

Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (16034)

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (16035)

Afronta a norma legal sem dano financeiro - 2

Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (16036)

Não ocorreram irregularidades - 0

Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (16037)

Afronta a norma legal sem dano financeiro - 2

Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (16038)

3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (321)

3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (15817)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

4. Das Tomadas de Contas Especiais (322)

4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (15819)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (323)

5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (15821)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.

(15822)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNIDADE	Tipo de instrumento (convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumento congêneres) - CAAC TIPO	Número do Instrumento - CAACNOME1	Objeto - CAACNO ME2	Volume de recursos transferidos - CAACVALOR	CNPJ da entidade - CAACNPJ	Situação da análise da prestação de contas do instrumento - CAACSITPC
Instrumento #1 - CAAC1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	Termo de Fomento	01/2023	COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA APAE DE SÃO CARLOS/SC QUE É RE	78.504.271/0001-71	Prestação de contas regular

				SPONSÁVEL PELA EDUCAÇÃO ESPECIAL, QUE ABRANGE ALUNOS E USUÁRIOS - PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS- ATRASO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO (NEUROSENSORIAL, ESTIMULAÇÃO PRECOCE), PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS INTELECTUAL E OU MÚLTIPLAS E TRANSFORMO DE ASPECTO AUTISTA)			
Instrumento #2 - CAAC2	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	Termo de Fomento	02/2023	O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da	120.000,00	12.149.188/0001-13	Prestação de contas em andamento

				sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por meio deste Edital, com objetivo de selecionar 02 (dois) projetos sociais.				
Instrumento #3 - CAAC3	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	Termo de Fomento	01/2022	O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria,	42.000,00	12.149.13	88/0001-1	Prestação de contas em andamento

				em regime de mútua cooperação.			
Instrum ento #4 - CAAC4	PREFEIT URA MUN ICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPEC Ó	Termo de Colabora ção	73/2022	CREDE N CIAMEN T O DE ASS OCIAÇÃO , ONG OU OSCIP, C APACITA DOS E IN TERESSA DOS EM PRESTAR SERVIÇO S DE REC OLHIMEN TO DE CÃES E GATOS E RRANTE S EM SIT UAÇÃO DE ABAN DONO, MAUS TRATOS, SEM PRO PRIETÁRI OS E FERIDOS DO MUNI CÍPIO DE ÁGUAS DE CHAP ECÓ/SC.	36.000,00	15.798.4 86/0001-2 2	Prestação de contas regular
Instrum ento #5 - CAAC5	PREFEIT URA MUN ICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPEC Ó	Termo de Fomento	01/2017	Colabora ção institu cional da ASSOCIA ÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXC EPCIONA IS DE	31.505,76	78.504.2 71/0001-7 1	Prestação de contas regular

SÃO CARLOS-SC.
com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular. Social. Saúde.

Instrumento #6 - CAAC6

Instrumento #7 - CAAC7

Instrumento #8 - CAAC8

Instrumento #9 - CAAC9

Instrumento #10 - CAAC10

5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (15863)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (15865)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

5.3.1 Qual Decreto regulamenta a Lei 13.019/2014? (15866)

Tipo: (S/text-short)

<https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/norma-312581/>

6. Da avaliação dos processos licitatórios (324)

6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (15823)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(15824)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo Órgão de Controle Interno; (16090)

Amostra Aleatória (15923)

Experiências passadas (15924)

Valor envolvido (15925)

Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (15926)

Relevância econômica ou social para o Município (15927)

Outros

6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro, maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).

(15825)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Número do Processo de Licitação - LICITNPR OCESSO	Modalidad e de Licitação - LICITNPR OCESSO1	Tipo de Licitação - LICITTIPO PROCESS O	Valor estimado de contrat ação - LICITVALOR	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCONTRATADO	Houve indícios de irregularidade? Descreva. - LICITNPR OCESSO2
Licitação #1 - ProcessoLicit1	2/2023	Pregão	Menor Preço	398.059,20	26.723.29 5/0001-18 e 12.327.884/ 0001-72	Não
Licitação #2 - ProcessoLicit2	25/2023	Tomada de Preços	Menor Preço	190.569,95	41.994.31 9/0001-67	Não
Licitação #3 - ProcessoLicit3	51/2023	Pregão	Menor Preço	1.663.105,56	28.942.41 0/0001-70 e 36.179.466/ 0001-43	Não
Licitação #4 - ProcessoLicit4	57/2023	Leilão	Maior Lance	555.750,00	052.200.2 19-66, 642. 169.699-68, 03.103.468/ 0001-08, 00 4.954.669-4 8, 11.502.7 65/0001-46, 394.093.99 8-66, 035.7	Não

					03.100-86, 035.490.82 9-40 e 037. 092.949-75	
Licitação #5 - Proceso soLicit5	60/2023	Pregão	Menor Preço	538.250,00	23.091.99 3/0001-50 e 27.425.405/ 0001-28	Não
Licitação #6 - Proceso soLicit6						
Licitação #7 - Proceso soLicit7						
Licitação #8 - Proceso soLicit8						
Licitação #9 - Proceso soLicit9						
Licitação #10 - Proce ssoLicit10						
Licitação #11 - Proce ssoLicit11						
Licitação #12 - Proce ssoLicit12						
Licitação #13 - Proce ssoLicit13						
Licitação #14 - Proce ssoLicit14						
Licitação #15 - Proce ssoLicit15						

6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (15845)

Tipo: (F/array-flexible-row)

Fraco - 1

Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (15987)

Fraco - 1

Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (15988)

Bom - 2

Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (16031)

Bom - 2

Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do

procedimento licitatório. (16032)

Fraco - 1

Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (16084)

Bom - 2

Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (16085)

Bom - 2

Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (16086)

7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (325)

7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(15826)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

7.1.1. Relação de procedimentos de fiscalização envolvendo recursos humanos**(15840)**

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	Unidade(s) em que o(s) procedimento(s) foram realizados - UNIDADE	Assunto do procedimento - ASSUNTO	Período analisado - PERÍODO
Procedimento #1 - PROCED1	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	VERIFICAÇÃO DA JUNTADA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INGRESSAR PARA TODO E QUALQUER CARGO PÚBLICO	15/03 à 31/12
Procedimento #2 - PROCED2	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	VERIFICAÇÃO DA JUNTADA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INGRESSAR PARA TODO E QUALQUER CARGO PÚBLICO	15/03 à 31/12
Procedimento #3 - PROCED3			

7.1.2. Sobre a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) sob seu controle, avalie:**(15841)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Excelente atuação da gestão - 3

Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual)**(16071)**

Atuação razoável da gestão - 2

Controle de horas extras pelos gestores (16072)

Atuação razoável da gestão - 2

Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento (16073)

Excelente atuação da gestão - 3

Realização de cursos de capacitação pelos servidores (16074)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores (16075)

Excelente atuação da gestão - 3

Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores (16076)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos (16077)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório (16078)

Nenhuma atuação da gestão - 0

Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (16079)

Pouca atuação da gestão - 1

Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças) (16080)

Atuação razoável da gestão - 2

Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções

públicas. (16081)

Nenhuma atuação da gestão - 0

**Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de
pessoal (16082)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na
folha de pagamento. (16083)**

8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (326)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(15827)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (15828)

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDAO1	Número do Acórdão - NACORDAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVAGESTOR
Decisão do TCE/SC #1 -	RECOMEND AÇÃO	@PCP 23/00120601	Atente para as	PARCIALME NTE IMPLEM	Para garantir a educação

DECISAO1	adequações necessárias visando ao cumprimento das políticas públicas municipais relativas às Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME) que se encontram em índices inferiores ao previsto.	ENTADA	especial e inclusão para pessoas com deficiência, foi adicionado ao Plano Plurianual (PPA) a atividade 2.013-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, via Lei Municipal nº 2.163, de 22 de Setembro de 2023, que trata da atualização dos anexos do art. 7º da Lei Municipal nº 2.042/2021 (PPA 2022-2025) (disponível em: https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/lei-municipal-no-2-163-2023/). Para garantir e definir a Gestão Democrática no Ensino Público Municipal, usou-se do Decreto 149/2022, de 06 de Outubro de 2022 (disponível em: https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legis
----------	---	--------	---

lacao/norma-5
59974/),
sendo extinto
os cargos de
Diretor Escolar
em comissão,
via Lei
Complementar
Municipal nº
082/2022, de
15 de
Dezembro de
2022
(disponível
em: <https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/norma-561887/>). Já no
exercício de
2023 foi
definido, com
o Decreto
nº176/2023,
de 27 de
Novembro de
2023
(disponível
em: <https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/63945/>),
o Conselho de
Monitorament
o e Avaliação
da Gestão
Democrática
Escolar, sendo
seu
Presidente
definido no
Decreto nº
177/2023, de
28 de
Novembro de
2023
(disponível
em: <https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/63945/>).

sc.gov.br/legislacao/63949/). Para nomeação dos diretores, foi implantado o Processo Seletivo Simplificado 006/2023 (disponível em: <https://aguasdechapeco.sc.gov.br/concurso/edital-de-processo-seletivo-simplificado-no-006-2023/>), que teve seu resultado homologado em 16 de Janeiro de 2024, respeitando todos os critérios necessários. Para garantir a implantação do Ensino em Tempo Integral, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura apresentou a Matriz Curricular para apreciação do Conselho Municipal de Educação, sendo aprovado em 10 de Maio de 2023, via

Decisão do TCE/SC #2 - DECISAO2	RECOMEND AÇÃO	@PCP 23/00120601	Adote providências para cumprimento definitivo dos requisitos mínimos exigidos no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, relativos à transparência da gestão fiscal, especialmente para disponibilizar nos meios eletrônicos de acesso público os montantes dos lançamentos anuais dos tributos de competência do Município; caso contrário, poderá inviabilizar o recebimento de transferências voluntárias de outros entes federados.	PARCIALME NTE IMPLEM ENTADA	Processo nº 001/2023, relacionado pelo Parecer COMED nº 001/2023. Realizou-se a solicitação de adequação e configuração para a equipe técnica do sistema operacional responsável pela comunicação e transferência de dados (Betha Sistemas), sendo garantido a operação de solução o mais breve possível.
Decisão do TCE/SC #3 - DECISAO3	RECOMEND AÇÃO	@PCP 23/00120601	Atente para a garantia do atingimento	PARCIALME NTE IMPLEM ENTADA	Para cumprimento da garantia e

			das metas de saneamento básico, em conformidade com o disposto no art. 11-B da Lei n. 11.445/2007.		definição das metas de saneamento básico em âmbito municipal foi instituída a Audiência Pública no Edital N° 03/2023 (disponível em: https://aguasdechapeco.sc.gov.br/pagina-1367/media-2559712/) e, posteriormente, promulgada a Lei Municipal n° 2.175/2023, de 12 de Dezembro de 2023, que estabelece a revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (disponível em: https://aguasdechapeco.sc.gov.br/legislacao/lei-municipal-no-2-175-2023/lei-municipal-no-2-175-2023-metas-plano-mun-de-saneamento-publicada/).
Decisão do TCE/SC #4 - DECISAO4	RECOMEND AÇÃO	@PCP 23/00120601	Adote providências para revisão	PARCIALME NTE IMPLEM ENTADA	O Município buscou auxílio junto a

do Plano Diretor (se ainda não realizada) com o fim de atender ao disposto no § 3º art. 40 da Lei n. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e no art. 5º da Lei Complementar (municipal) n. 20/2009.

Associação dos Municípios da Região Oeste de Santa Catarina (AMOSC), solicitando que esta analisasse a possibilidade de contratação de sua equipe técnica para efetivarmos a elaboração da revisão do Plano Diretor, o que está sendo requerido a todos os municípios abrangidos pela Amosc, por esse motivo a associação declarou não ter atualmente pessoal necessário para executar a elaboração. Contudo, o Município delegou a Comissão de Acompanhamento para Revisão do Plano Diretor por meio do Decreto nº 010/2024 (disponível em: <https://aguasdechapeco>).

sc.gov.br/legislacao/decreto-no-010-2024-nomeia-membros-dacomissao-deacompanhamento-do-plano-diretor/) e, posteriormente e irá iniciar os estudos e planejamento do Processo Licitatório para contratação de empresas habilitadas.

Decisão do
TCE/SC #5 -
DECISAO5

Decisão do
TCE/SC #6 -
DECISAO6

Decisão do
TCE/SC #7 -
DECISAO7

Decisão do
TCE/SC #8 -
DECISAO8

Decisão do
TCE/SC #9 -
DECISAO9

Decisão do
TCE/SC #10 -
DECISAO10

9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (327)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(15829)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (328)

10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (15830)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (329)

11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?

(15831)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (15832)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (330)

Opcionalmente , insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (15848)

Tipo: (T/text-long)

Sugestões ao TCE/SC (331)

e-mail de contato: controladoria@aguasdechapeco.sc.gov.br

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:

Os seguintes sistemas são informatizados:

- Sistema de controle patrimonial:
- Sistema de almoxarifado:
- Sistema informatizado de planejamento orçamentário:

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle

interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema

**informatizado do município e Sistema e-Sfinge;
na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;
na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;
na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;
na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);
na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);**

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;;;;;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser

- contratada:**
- **Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:**
 - **Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:**
 - **Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:**
 - **Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:**
 - **Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:**
 - **Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:**

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .

Procedimentos realizados:

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- **Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou**

manual):

- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e

Assessoramento:

- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos

servidores:

- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio

probatório:

- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por

invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e

funções públicas:

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de

peçoal:

- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes

na folha de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver
				página 61 / 64

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver :

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:

- **Outras condições de pagamento pactuadas:**

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ?

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge?

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

(15856)

Tipo: (/upload-files)

Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (15857)

Tipo: (T/text-long)

